

Parente nega que o FMI vai adiar

Washington — Depois de dois dias de consultas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o secretário de Planejamento, Pedro Parente, afirmou ontem que “o governo não recebeu nenhuma comunicação de que o programa de estabilização negociado com a instituição não vai ao board no dia 22” e continua a contar com sua aprovação na próxima quarta-feira (22).

Parente disse, no entanto, que encontrou “muita apreensão” no FMI sobre as implicações fiscais não apenas do reajuste de 147,06% aos aposentados, que abriria um rombo equivalente a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas, como da rolagem da dívida dos estados e municípios, que o Executivo negociou com o Congresso para garantir a aprovação da reforma tributária, em dezembro. Parente indicou que o trabalho de convencimento do Fundo ainda não terminou.

O presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, que era esperado no final da tarde de ontem em Washington, vindo de Paris, terá

hoje reuniões decisivas com o subsecretário do FMI, Michel Camdessus.

Parente contou, em entrevista coletiva, que tem procurado esclarecer as dúvidas do FMI, que chamou de “naturais”, insistindo na determinação e no compromisso público do presidente Fernando Collor de executar à risca o programa de estabilização, sem usar “recursos inflacionários”. Ele disse que as dúvidas do FMI sobre o impacto fiscal da rolagem da dívida dos estados e municípios nasceram “de informações desencontradas publicadas pela imprensa brasileira”.

Segundo o secretário do Planejamento, as primeiras notícias divulgadas nos jornais brasileiros criaram uma percepção de que a rolagem aprovada abriria novas fontes de endividamento para os estados e municípios, comprometendo sua contribuição para o ajuste fiscal. O representante brasileiro disse ao FMI que, pelo contrário, a rolagem terá “alguns efeitos extremamente favoráveis” porque

nenhum estado ou município poderá assinar o contrato de refinanciamento de sua dívida se não estiver em dia com os pagamentos das obrigações refinanciadas, o que significa, do ponto de vista do Governo Federal, o restabelecimento dos fluxos positivos.

Quanto ao reajuste dos aposentados, Parente disse ter ponderado ao Fundo que a Justiça ainda não deu seu veredito final sobre o assunto. Ele reiterou a posição oficial, de que “não há hipótese de o aumento ser pago sem que haja um aumento da receita, de alguma forma”.

Indagado se o Presidente, ao se negar a fazer o pagamento do reajuste de 147,06%, caso este seja confirmado pelo Supremo, não estaria se sujeitando ao risco de um “impeachment”, o alto funcionário afirmou que a efetuação de despesas não previstas no orçamento aprovado pelo Congresso é, igualmente, causa de crime de responsabilidade, que Collor está determinado a não cometer. (Paulo Sotero, da AE)

Quinta-feira, 16/1/92

acordo

Ailton C. Freitas 22.11.89